

ATA DA 7.^a REUNIÃO DO CONSELHO DAS ESCOLAS

15 de novembro de 2018

Aos quinze dias do mês de novembro de dois mil e dezoito, nos termos do n.º 3 do art.º 12.º do Decreto-Regulamentar n.º 5/2013, de 29 de agosto, reuniu, em sessão extraordinária, pelas catorze horas, o Plenário do Conselho das Escolas, no Centro de Caparide em S. Domingos de Rana, sob a presidência de José Eduardo Lemos, a fim de dar cumprimento à seguinte Ordem de Trabalhos, conforme convocatória de sete de novembro: _____

Ponto um – Discussão e aprovação da ata da reunião anterior

Ponto dois – Financiamento dos cursos profissionais nas Escolas públicas: apreciação e votação da proposta de conclusões da Comissão Permanente

Ponto três – Desenvolvimento do ano letivo – 2018/2019: apreciação e votação da proposta de conclusões da Comissão Permanente

Ponto quatro – Assuntos diversos

Estiveram presentes os conselheiros Ana Cláudia Cohen G. B. Caseiro G. Domingos, Anabela Henriques de Matos Soares, António Manuel M. Castel-Branco Ribeiro, António Ventura dos Santos Pinto, Carlos Jorge Pires Percheiro, Fernando Filipe de Almeida, Fernando Paulo Mateus Elias, Francisco Manuel Cortez B. La Féria e Oliveira, João Alberto Chaves Caiado Rodrigues, João Manuel Ascensão Belém, Joaquim Tomaz, Jorge Manuel de Sousa do Nascimento, José Alfredo Rodrigues Mendes, José António de Sousa, José Eduardo Lemos de Sousa, José Manuel Batista Carreira, Lucinda Maria Mendes Ferreira, Luís Henrique Cardoso Fernandes, Margarida Ana Valente Fonseca, Maria José L. Albuquerque Passos Ascensão, Maria Júlia Ferreira Gradeço, Maria Manuela Vieira Machado e Rosalina de Jesus Rodrigues Pinheiro, num total de vinte e três. Faltaram à reunião os conselheiros Amílcar Francisco Albuquerque dos Santos, Idalécio Lourenço dos Santos Nicolau, Fátima do Céu Carola Moreira Pinto e Maria Celeste Gonçalves Simões de Sousa. _____

O Presidente saudou os conselheiros e informou que, conforme já era do conhecimento de todos, a Chefe do Gabinete do Sr. Ministro da Educação, havia solicitado ao Presidente do Conselho que fosse disponibilizado um momento antes do início dos trabalhos para que os senhores Secretários de Estado, Alexandra Leitão e João Costa, pudessem proceder a um balanço do início do presente ano letivo e à análise de algumas questões de interesse para as Escolas. _____

Dado que à hora de início da reunião, os senhores Secretários de Estado ainda não estavam nas instalações, o Presidente propôs e foi aceite pelo Plenário que se desse início à reunião e que se suspendessem os trabalhos apenas quando estivessem presentes os senhores Secretários de Estado e que os mesmos se retomassem quando terminasse a intervenção dos governantes. _____

Logo após esta intervenção, deu-se início à reunião pelo primeiro ponto da ordem e trabalhos.

Ponto um: Discussão e aprovação da ata da reunião anterior. _____

Após apreciação e aprovação unânime de pequenas correções e alterações à proposta de ata, a mesma foi posta à votação tendo sido aprovada pela unanimidade dos conselheiros presentes na reunião a que a mesma respeita. _____

No momento em que se iniciava o ponto dois da ordem de trabalhos, compareceram a senhora Secretária de Estado Adjunta e da Educação, Alexandra Leitão e o senhor Secretário de Estado da Educação, João Costa, os quais foram saudados pelo Presidente que lhes deu a palavra para uma primeira intervenção a que se seguiriam as intervenções dos conselheiros que o desejassem. _____

O senhor Secretário de Estado da Educação saudou os presentes, agradeceu ao Presidente do Conselho de Escolas a disponibilidade para os receber. Referiu ainda considerar ser este um momento oportuno para efetuar um balanço do início do presente ano letivo e do final do ano letivo anterior. Para facilitar a apresentação, o senhor Secretário de Estado fez uma apresentação em diapositivos, efetuando um balanço em termos de política educativa do ano letivo, elencando os aspetos que mereceram maior atenção por parte da Assembleia da República e, como tal, no sentido de transmitir aos diretores uma informação semelhante, uma vez que estes estão mais próximos das Escolas. Mencionou ainda fazer este balanço pelo respeito que o órgão merece, numa lógica de recolher/receber recomendações sugestões sobre como melhorar alguns aspetos que merecem uma melhor resposta por parte do Ministério da Educação. Referiu ter conhecimento que o contexto do final do ano para as Escolas foi muito difícil, mas bem gerido pelos Serviços e pelas direções das Escolas. O objetivo foi o de garantir o acesso dos alunos ao Ensino Superior e a conclusão do final do ano. Agradeceu o modo como as Escolas conseguiram terminar o ano letivo e, em seguida, enunciou as medidas da política educativa em curso, o trabalho de parceria e cumplicidades com as Escolas e com os Centros de Formação, a saber: definição do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória; definição de Aprendizagens Essenciais para todas as disciplinas e anos (ensino básico e cursos científico-humanísticos do ensino secundário), desenvolvidas em conjunto com as associações profissionais; novas metodologias através da Autonomia e Flexibilidade Curricular, com flexibilização do currículo (até 25% da carga horária semanal) em todas as Escolas, com vista ao desenvolvimento das competências subjacentes às Aprendizagens Essenciais, ao Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória e à inclusão de todos os alunos; novo regime legal para a Educação Inclusiva; novas Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar, acompanhadas de plano de formação que abrangeu já milhares de educadores; criação da iniciativa "Voz dos Alunos" como instrumento regular de auscultação dos estudantes sobre como aprendem e o que aprendem, medida que está a ser desenvolvida em vários países, partindo da experiência portuguesa; aplicação de um novo modelo integrado de avaliação externa das aprendizagens no ensino básico com a introdução de Provas de Aferição nos 2.º, 5º e 8º anos com reportes qualitativos; introdução de avaliação da oralidade na avaliação externa no Ensino Secundário; criação do Plano Nacional de Promoção do Sucesso Escolar, que conta já com cerca de três mil medidas definidas pelas



Escolas em articulação com os planos intermunicipais e municipais para o combate ao insucesso, num investimento global de cem milhões de euros; apoio tutorial específico, centrado em competências sociais e emocionais, para alunos com histórico de insucesso. Neste âmbito, realizou-se formação para cerca de seiscentos e cinquenta tutores; permeabilidade entre os cursos do Ensino Secundário, com possibilidade de permuta de disciplinas; redução do número de alunos por turma; alargamento da Rede da Educação Pré-Escolar, com a abertura de mais de cinco mil vagas nas áreas metropolitanas; refeições revistas e acompanhadas por nutricionistas, a oferta de leite sem lactose e a disponibilização de 5% de bebida vegetal como alternativa ao leite, no pré-escolar e primeiro ciclo do ensino básico; revisão da política de financiamento dos contratos de associação, eliminando redundâncias e permitindo canalizar recursos para a Escola pública; reforço do Programa TEIP - Territórios Educativos de Intervenção Prioritária, com alargamento do crédito horário das Escolas envolvidas e implementação do programa europeu Includ-Ed; novo modelo de financiamento dos contratos de patrocínio; combate a moradas falsas nas matrículas e prioridade na escolha das Escolas aos alunos com carências económicas; abertura do primeiro Conservatório Público de Música a sul do rio Tejo; aumento do número de Centros de Formação Desportiva, especialmente Náuticos, conferindo uma maior democratização ao desporto escolar; vinculação aos quadros do Ministério da Educação de sete mil docentes e de cerca de sete mil trabalhadores não docentes através do Programa de regularização extraordinária dos vínculos precários na Administração Pública (PREVPAP); redução da norma-travão para vinculação de cinco para três anos; investimento de dezanove milhões de euros em formação contínua de professores; harmonização do calendário da Educação Pré-Escolar com os restantes ciclos de ensino e consideração dos intervalos do primeiro ciclo na componente letiva dos docentes. ____

No tocante ao Decreto-Lei n.º 54/2018 e respetiva regulamentação, o senhor Secretário de Estado referiu que a preparação destes diplomas incluiu, para além dos noventa dias de consulta pública, seminários de discussão pública da proposta final com dois mil e oitocentos participantes; ações para psicólogos, professores e técnicos, realizadas entre a aprovação do diploma (maio) e o final do ano letivo com cinco mil setecentos e cinquenta participantes; ações de formação para professores e técnicos, entre setembro de 2018 e outubro de 2018: três mil duzentos e cinquenta participantes; sessões com diretores de Escolas ou seus representantes: mil duzentos e oitenta participantes (público e privado) e ainda formação de formadores: cento e cinquenta formandos. _____

Referiu ainda que a preparação do Decreto-Lei n.º 55/2018 incluiu ações dirigidas a psicólogos escolares (trezentos participantes) e às duzentas e trinta e seis Escolas-piloto, com monitorização interna e externa e criação de micro redes. Realizaram-se cursos online, abertos e massivos (MOOC), duzentos seminários, ações de formação e jornadas, com mais de vinte mil participantes, entre maio e setembro; realizaram-se cerca de cinquenta reuniões de rede, quer de âmbito regional, quer encontros nacionais; produziram-se *webinars*, FAQs, vídeos com testemunhos de Escolas, edições temáticas da revista NOESIS e plataforma de apoio Moodle; realizou-se formação sobre liderança pedagógica para diretores; divulgou-se bibliografia e outros materiais de apoio (trinta e cinco mil professores foram abrangidos por ações de formação com cruzamento entre o Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar (PNPSE) e o Programa Autonomia e Flexibilidade Curricular (PAFC); realizaram-se cerca de seiscentos encontros entre Escolas e estrutura de missão. Ainda neste âmbito, referiu que foi criada uma estrutura de acompanhamento às Escolas - dinâmica e de proximidade que promoveu formação para noventa e um professores e equipas regionais alocadas ao



acompanhamento de proximidade. Realizou-se formação para equipas técnicas de acompanhamento, bem como sessões sobre avaliação externa e flexibilidade pelo Instituto de Avaliação Educativa (IAVE), sessões com todos os diretores e sessões em Escolas. Alocaram-se recursos do Erasmus +, definiram-se prioridades estratégicas da Rede de Bibliotecas Escolares e projetos intermunicipais. Está em curso formação na área da Cidadania e Desenvolvimento e o Ministério respeitará o ritmo das Escolas.

De seguida a senhora Secretária de Estado Adjunta e da Educação, Alexandra Leitão, fez igualmente um balanço das medidas do ano letivo, referindo que muitas delas são transversais às duas secretarias do Estado. Relativamente aos recursos humanos, referiu ser inequívoco que há hoje mais professores vinculados nas Escolas (nas suas palavras, um aumento de oito mil) fruto da vinculação extraordinária de contratos anuais sucessivos, o que reforçou a estabilidade laboral, a estabilidade do corpo docente e dos alunos. No que concerne aos professores, a estabilidade não se verifica ao nível das Escolas, mas sim dos quadros de zona pedagógica (QZP), onde estes se vinculam. A colocação de professores em 2016/2017 teve lugar em vinte e cinco de agosto e este ano letivo a trinta de agosto, pelo facto de ter sido um ano com muitos concursos. Considerou que se não houver novidades de outra natureza, estarão em condições de realizar a colocação de docentes mais cedo no próximo ano letivo, sendo mais vantajoso para as Escolas e para os professores. Referiu que a greve do final do ano letivo demorou cinquenta e quatro dias, dificultando o final do ano letivo e o início deste ano. Foi um ano de muita intensidade de trabalho, nomeadamente ao nível da carreira docente que, desde logo, retomou a normalidade quer pela publicação das regras de descongelamento quer das regras de reposicionamento. Houve um reforço de mais de noventa docentes nos CFAE, procedeu-se à vinculação dos professores do ensino artístico especializado e à abertura de novos cursos de profissionalização em serviço. Foi aprovado o regime jurídico específico do recrutamento e seleção dos docentes do ensino artístico especializado da Música e da Dança, criando-se um mecanismo de vinculação ordinária anual destes docentes. Foi criado o Grupo de Recrutamento de Língua Gestual Portuguesa, com mais cerca de setenta docentes. Foi regulamentado o Estatuto da Carreira Docente, permitindo o acesso aos quinto e sétimo escalões e o reposicionamento, nos termos do artigo 36.º do ECD;. No tocante à colocação do pessoal docente, referiu que neste momento o grande desafio é o de gerir a heterogeneidade territorial uma vez que, de acordo com os dados da Reserva de Recrutamento, a partir da 5.ª ou da 6.ª, há falta de docentes na área do QZP7 e há Escolas no Centro de Lisboa a ficar sem professores, devido, entre outros, a questões de alojamento e de longas deslocações. Referiu que a colocação do Pessoal Docente terá de ser repensada e que, neste momento, para que as Escolas consigam ter os professores necessários, foi autorizada a atribuição de horas extraordinárias.

Quanto ao Pessoal Não Docente – Assistentes Operacionais (AO) e Assistentes Técnicos (AT), referiu que, com a alteração da Portaria dos rácios há hoje mais AO do que aqueles que o sistema precisa estando, no seu entender, mal distribuídos. Referiu também o aumento da contratação de mais de dois mil e trezentos AO e AT em dois anos, passando de vinte e três mil quinhentos e sete para vinte e cinco mil oitocentos e três. Referiu que o maior desafio do Ministério da Educação tem sido a gestão das ausências dos AO e AT por motivo de baixa médica. Referiu existir um aumento de mais de quinhentos técnicos especializados desde 2015 nas Escolas, um reforço de mais duzentos psicólogos - sendo hoje o rácio de um por Escola - e o reforço de mais setecentos técnicos especializados para apoio a alunos com necessidades educativas.



Quanto à plataforma dos Manuais Escolares Gratuitos (MEGA,) apesar das dificuldades sentidas pelo elevado grau de complexidade do processo, agravado pela utilização da plataforma MEGA pela autarquia de Lisboa, onde a emissão dos vouchers se fez para todos os alunos (1.º CEB ao Ensino Secundário), considerando ainda o facto de ter sido um ano de greve do pessoal docente, a senhora Secretária de Estado referiu que a operacionalização da plataforma foi difícil mas a possível nestas circunstâncias. _____

Os Pais e Encarregados de Educação confrontaram-se com as ruturas de *stock*, uma vez que a entrega dos *vouchers* não dispensa a reserva dos Manuais por parte dos próprios. Referiu ainda que o pagamento às livrarias tem um prazo de 60 dias e adiantou que este modelo dos *vouchers* será alargado a todos os alunos para o próximo ano letivo. Sendo este o modelo, a senhora Secretária de Estado apelou a que o Conselho das Escolas lhe fizesse chegar os contributos para que a plataforma no próximo ano pudesse funcionar melhor. Quanto ao novo despacho de matrículas, mencionou que o mesmo resolveu o problema genérico que existia sobretudo nos grandes centros urbanos. _____

A última nota foi dada pelo senhor Secretário de Estado da Educação, João Costa, sobre o financiamento dos cursos profissionais. Referiu ter em conta o ponto de partida ao nível do modelo de financiamento deixado pelo anterior Governo, com falta de acautelamento no Portugal 2020 das verbas necessárias aos cursos profissionais, tomando a opção na negociação de desinvestimento em infraestruturas da educação e no financiamento do ensino profissional. Todo o quadro Portugal 2020 obedecia a plataformas de despesas que, em 2015, tinham os professores das Escolas privadas com falta de remuneração há seis meses. Desta forma, e dado os problemas de execução, houve necessidade de garantir o financiamento dos cursos profissionais, levando à internalização progressiva dos respetivos custos no Orçamento do Estado (OE), de acordo com a nota informativa do IGEFE, a prestação de serviços e as assistências técnicas podem ser assumidos pelo OE. Também, através de uma análise caso a caso, tentarão efetuar um reforço do OE, que assegurará os custos não cobertos pelos fundos europeus. Neste momento, estão a reprogramar e a preparar o Quadro Comunitário 20-30 para os cursos profissionais, nomeadamente para o edificado e para a melhoria do parque tecnológico das Escolas. _____

Terminada a primeira intervenção dos senhores Secretários de Estado, o Presidente abriu um espaço para intervenções dos conselheiros. Dado o adiantado do horário da reunião, apelou aos conselheiros para fazerem intervenções sintéticas, no máximo de dois minutos, para que fosse possível cumprir a Ordem de Trabalhos prevista para a reunião. _____

O conselheiro Francisco La Féria questionou sobre a requalificação do parque escolar para as Escolas que estão em fase de estudo/intervenção, perguntando aos presentes se algum sabia o que vai acontecer às Escolas cujas obras não terminem em 2020. Mencionou, a propósito do reposicionamento ao abrigo da portaria 119/2018, que os docentes que entraram no quadro entre 2007 e 2009 estão a ser vítimas de injustiças. Referiu ser seu entendimento que, sendo o 12.º ano escolaridade obrigatória, o transporte escolar deveria ser gratuito tal como aconteceu enquanto a escolaridade foi obrigatória até ao 9.º ano. _____

A conselheira Lucinda Ferreira referiu que, em seu entender, o financiamento dos cursos profissionais para as Escolas privadas é diferente do das Escolas públicas, estando aquelas a ser privilegiadas neste indicador. _____

A conselheira Rosalina Pinheiro considera que a Portaria que define os rácios dos AO deveria ter a possibilidade de os mesmos poderem ser substituídos. Referiu ainda que o apuramento do rácio para os AT deverá ter em conta o número de crianças/alunos do primeiro ciclo do



ensino básico e o número de Escolas que integram o Agrupamento. Acrescentou que o parque tecnológico existente nas Escolas não é compatível com os desafios atuais. _____

O conselheiro Joaquim Tomaz referiu que as Escolas-sede dos CFAEs têm vindo a ser confrontadas com a falta de financiamento para fazer face às despesas da formação e das despesas de funcionamento. _____

O conselheiro Fernando Elias iniciou a sua intervenção referindo que o ano letivo merece um planeamento atempado. Face à mudança de paradigma com que as Escolas estão a ser confrontadas e para que o caminho que está a ser feito seja consolidado, sugeriu aos senhores Secretários de Estado a aposta na formação para remotivar os professores, sobretudo as lideranças intermédias, os diretores de turma e os professores titulares no sentido da apropriação da nova legislação em vigor. _____

A conselheira Anabela Soares solicitou o envio às Escolas de normas claras no sentido de auxiliar as mesmas na reutilização dos manuais escolares. Apelou a que as Provas de Aferição do 2.º ano de artes performativas fossem aplicadas depois do término das aulas, de modo a não causar perturbações de funcionamento nas atividades dos outros ciclos. Sugeriu ainda que, nas reuniões de aprofundamento regional para a conceção da rede escolar dos cursos profissionais para o próximo ano letivo, estivesse o Instituto do Emprego e da Formação Profissional (IEFP), de modo a que não aconteça que os alunos em determinado período escolar, com orientação escolar, optem pelos cursos de Aprendizagem ministrados no IEFP devido a um apelo monetário de cerca de quatrocentos euros mensais. _____

A conselheira Ana Cláudia Cohen sugeriu que existisse na Direção-Geral da Administração Escolar (DGAE) uma plataforma de dúvidas de modo a auxiliar os diretores no seu trabalho com a administração e a melhorar a transparência. Questionou se as Escolas públicas com ensino profissional terão apoio na implementação do *European Quality Assurance Reference Framework for Vocational Education and Training* (EQAVET). _____

A conselheira Júlia Gradeço questionou sobre o futuro dos Técnicos Especializados que estão nas Escolas ao abrigo do POCH. Perguntou quando é que as Escolas irão ter verbas suficientes para pagar aos fornecedores e solicitou, ainda, um regime de exceção para os diretores/elementos da direção efetuarem o respetivo desenvolvimento profissional frequentando ações relacionadas com a atividade de gestão. _____

A conselheira Manuela Machado salientou a falta de AO nas Escolas e referiu que existe um desgaste profissional e um envelhecimento dos funcionários desta carreira. Apelou ainda que houvesse uma bolsa de modo a que fosse possível às Escolas substituírem os AO que se encontram na situação de doença e ou de aposentação. _____

O conselheiro António Castel-Branco Ribeiro sugeriu que fosse contratado um excedente de Assistentes no início do ano, pelas autarquias ou pelo Ministério da Educação, de modo a suprir as necessidades que durante o ano vão acontecendo devido a doenças/baixas médicas. No que concerne à avaliação do desempenho dos professores, questionou se a menção de Excelente/Muito Bom relevava ou não para as vagas ao 5.º e 7.º e, simultaneamente, reduzia em um ano ou seis meses, respetivamente, o tempo de permanência do docente no escalão seguinte, solicitando a necessária clarificação uma vez que a DGAE tinha a interpretação de que tal não era possível por se tratar de um “duplo benefício”. Questionou ainda sobre a continuidade dos atuais contratos de execução ou delegação de competências nas autarquias face ao novo quadro de transferência de competências. _____

O conselheiro José António Sousa sugeriu que a tutela solicitasse aos Diretores, cujas Escolas disponibilizam todo o leque formativo, contributos para melhorar a gestão da plataforma



MEGA. Questionou se as Escolas com a intervenção da empresa Parque Escolar terão apoio do Ministério da Educação para fazer face às despesas e se a bolsa de Técnicos Oficiais de Contas, que foi outrora solicitada pelas Escolas, irá ser concretizada. Questionou ainda sobre a necessidade de os alunos do pré-escolar e do primeiro ciclo serem contabilizados para determinação do rácio dos assistentes técnicos. _____

O conselheiro Fernando Almeida questionou se a transferência de competências para os municípios irá ter em conta os bufetes das Escolas e os contratos anuais já realizados por estas. Quanto às orientações para redução da utilização de plásticos, do número de máquinas fotocopadoras em contrato e do consumo de papel em 25%, recentemente aprovadas por Resolução do Conselho de Ministros, o conselheiro quis saber se as Escolas que seguirem estas indicações terão contrapartidas financeiras. Solicitou ainda clarificações sobre o modo como a Escola sede dos CFAE pode partilhar com as outras Escolas associadas as despesas de funcionamento, conforme defendeu o senhor Secretário de Estado. _____

A conselheira Maria José Ascensão reforçou a necessidade nas Escolas de mais AO, sobretudo nas Escolas com alunos que beneficiam de medidas adicionais. Fez um apelo veemente para que se materializasse a Escola Inclusiva, assegurando transporte para estes alunos participarem em todas as atividades e disponibilizando urgentemente aos alunos os necessários materiais pedagógicos em braille. _____

O conselheiro José Carreira referiu não ver transparência na elaboração da rede regional dos cursos profissionais. Questionou se, numa eventual municipalização das Escolas, serão estas a seleccionar os não docentes. Solicitou que se efetivasse a promessa de as Escolas encerrarem durante um período no mês de agosto, de modo a proporcionar um justo descanso às respetivas direções. _____

O conselheiro José Alfredo Mendes referiu que existe uma falta de clarificação do funcionamento do Ensino Estruturado, ao abrigo do DL 54/2018. Sugeriu ainda que as Escolas que não reutilizam manuais escolares de acordo com as expectativas do Ministério da Educação deverão ser responsabilizadas em sede de orçamento privativo. Colocou ainda dúvidas acerca da concretização do plano de formação de alguns cursos profissionais com planos de estudo iguais ou superiores a três mil e quatrocentas horas. _____

Terminadas as interpelações dos conselheiros, tomou novamente a palavra a senhora Secretária de Estado Adjunta e da Educação, Alexandra Leitão, respondendo sucintamente a algumas das questões colocadas. Anunciou que seria publicado despacho a determinar que nos 50% da formação exigida na área científica para os diretores poderiam ser contabilizadas as horas de formação realizada no âmbito das funções. Esclareceu também que o seu gabinete tinha dado orientações à DGAE para informar as Escolas de que as menções de “muito bom” e “excelente” relevam, simultaneamente, para bonificação no escalão seguinte e para dispensa de vaga, no caso do acesso aos 5.º e 7.º escalões. Informou também que os transportes escolares para os alunos do ensino secundário obedeceriam as mesmas regras que os do ensino básico. Referiu que a requalificação do parque escolar é um enorme desafio e requer grande empenho de planeamento do Ministério da Educação no aproveitamento dos fundos comunitários; quanto ao reposicionamento, a senhora Secretária de Estado referiu-se às normas transitórias anteriores esclarecendo que a portaria n.º 119/2018 não é extensível aos professores que vincularam antes de 2010. No que concerne aos transportes escolares, referiu que no diploma da descentralização está prevista a gratuidade para os transportes, também para os alunos do ensino secundário. Relativamente aos rácios dos Assistentes Operacionais (AO) nas Escolas, referiu que, de facto, é um problema sem solução expedita a substituição de



AO que estão de atestado médico. Referiu que o número de crianças/alunos dos JI/EB1 deverá contar para o cálculo dos rácios dos Assistentes Técnicos nas Escolas. Defendeu ainda que a renovação do parque informático nas Escolas exige muito financiamento, não tendo o Ministério da Educação capacidade financeira para o renovar ao ritmo desejável. No tocante à descentralização, a senhora Secretária de Estado mencionou que o diploma está pensado para o edificado das Escolas, os transportes, os refeitórios, a Ação Social Escolar, os Assistentes Operacionais e os Assistentes Técnicos serem transferidos para as autarquias, se as mesmas o pretenderem, tendo os municípios até março, para o decidirem. A rede escolar, o currículo, os professores, os aspetos laborais dos docentes ficarão a cargo das direções das Escolas.

Esclareceu ainda que, sempre que o edificado das Escolas não estiver em condições, caberá ao Ministério da Educação encontrar as fontes de financiamento para se efetuarem as obras necessárias, de modo a que o edificado passe para as autarquias em bom estado. Quanto ao financiamento dos cursos profissionais, o senhor Secretário de Estado, João Costa, mencionou que o financiamento dos cursos profissionais das Escolas Privadas é diferente das Escolas Públicas. Quanto à partilha das despesas da Escola sede dos CFAEs com outras Escolas, referiu que pode haver muita partilha dos custos, no pagamento dos boletins itinerários e no pagamento aos formadores, por exemplo. No PNPSE a aposta da formação foi feita aos líderes e às lideranças intermédias e é uma área a relevar para formação específica. Quanto ao MEGA, a senhora Secretária de Estado, Alexandra Leitão, mencionou que a distribuição gratuita dos manuais só será sustentável se os manuais forem reutilizados. Referiu ainda que existirá uma regra especial para a gratuitidade dos manuais escolares das disciplinas sujeitas a exame para os alunos do Ensino Secundário. Neste caso, a devolução do livro será alargada num espaço de tempo razoável ao estudo e à realização para o exame a que se destina o manual. Referiu ainda que o Ministério da Educação tem tido dificuldades para produzir os manuais em braille. Quanto aos contratos que as Escolas tenham, se ocorrer a descentralização, os mesmos serão assumidos pela autarquia. Saliaram ainda que iriam tentar repor o rácio dos Assistentes Operacionais/Assistentes Técnicos por substituição dos que tiveram o direito à aposentação.

O Presidente do Conselho tomou a palavra manifestando alguma estranheza pelo facto de, num momento em que a descentralização ocupa o centro da agenda política, o Ministério não defender que se transfira para as autarquias o processo de distribuição gratuita e reutilização dos manuais escolares. Seria uma forma de aliviar as Escolas de uma logística que apenas serve para lhes consumir recursos humanos e materiais e que bem melhor podia ser assumida pelas autarquias. Afirmou ainda que, se era verdade que as situações de doença prolongada e aposentação dos AO e AT se constituíam como um problema de difícil resolução, uma vez que não existiam mecanismos expeditos para os substituir, também não deixava de ser verdade que em muitas Escolas do país esse não é o problema que justifica a carência de pessoal não docente. Em muitas Escolas, a falta de AO e AT ocorre porque não estão a ser respeitados os rácios previstos legalmente. Ainda a este respeito, o Presidente chamou a atenção para a forma nada transparente como a Administração Educativa gere o pessoal não docente nas Escolas. De facto, de há alguns anos a esta parte, cada Escola deixou de ter acesso à plataforma utilizada pela Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE para cálculo dos AO e AT que lhe estão adstritos, bem como aos cálculos que esta entidade realiza para estabelecer aqueles a que cada Escola tem direito, nos termos da Portaria n.º 272-A/2017, de 13 de setembro.

Por fim, defendeu que a falta de pessoal docente com que se defrontam atualmente muitas Escolas e que outros conselheiros referiram, se constitui como um dos mais graves problemas



educativos a curto e médio prazo, todavia a sua origem não deve ser procurada, apenas, em questões circunstanciais, de carácter geográfico e económico, mas nas continuadas políticas de desvalorização da carreira docente visíveis, sobretudo, a partir de 2005 e até à presente data.

Tomou a palavra a senhora Secretária de Estado, Alexandra Leitão, para informar que, nas várias reuniões de negociação no âmbito da descentralização, a Associação Nacional de Municípios nunca mostrou interesse na execução do programa da gratuidade e reutilização dos manuais escolares. Confirmou também que, de facto, há Escolas em que a Portaria dos rácios não está a ser aplicada em toda a sua extensão e mostrou interesse em tornar mais transparente para cada Escola a gestão dos rácios de pessoal não docente por parte da Administração Educativa. _____

Depois das intervenções da senhora Secretária de Estado Adjunta e da Educação, Alexandra Leitão e do senhor Secretário de Estado da Educação, João Costa e de todos os conselheiros que se haviam inscrito, o Presidente da reunião interrompeu os trabalhos pelas dezassete horas e trinta minutos solicitando aos conselheiros que o plenário retomasse os trabalhos da reunião dentro de meia hora. _____

Retomados os trabalhos pelas dezoito horas e faltando ainda tratar os pontos dois, três e quatro da ordem de trabalhos, o Presidente colocou à consideração ao Plenário a continuação da reunião, e nestes termos, apenas para a votação dos documentos em apreciação nos pontos dois e três, uma vez que se trata de documentos que sintetizam as principais conclusões a que o Plenário chegou na reunião de vinte e seis de outubro passado ou, em alternativa, adiar a reunião para outra data de forma a haver tempo para discutir mais profundamente o conteúdo dos documentos. _____

A conselheira Ana Cohen referiu que os documentos que estavam para discussão/aprovação pelo Plenário deveriam ser reformulados, dada a intervenção que os senhores Secretários de Estado haviam acabado de fazer sobre o balanço do início do ano e do financiamento dos cursos profissionais. _____

A conselheira Lucinda Ferreira referiu que, dado o novo contexto, a reunião deverá ser adiada para se poder discutir os documentos em apreciação. _____

O conselheiro Fernando Elias referiu que os documentos elencam questões estruturais, essenciais ao sistema, pelo que os mesmos deverão ser repensados. _____

O conselheiro Carlos Percheiro recordou que, na reunião do dia vinte e seis de outubro, foi decidido efetuar um balanço das dificuldades sentidas no arranque do ano, não obstante a intervenção dos Secretários de Estado. Embora considere que se trata de uma feliz coincidência, manifestou satisfação pelo facto de os senhores Secretários de Estado terem vindo voluntariamente à reunião do Conselho das Escolas. _____

A conselheira Júlia Gradeço referiu não ver com bons olhos ter de aprovar estes documentos sem os discutir. Salientou ainda que o documento do balanço do ano deve ser enriquecido pelo que foi dito na presente reunião pelos senhores Secretários de Estado.

O conselheiro António Ventura referiu não perceber a lógica de funcionamento que se está a desenvolver neste órgão, prevendo a necessidade de alguma clarificação. Parece estar a haver uma inversão de papéis, não se percebendo já se são os senhores Secretários de Estado que vêm ao Conselho dar contributos e explicações para os problemas vividos pelas Escolas ou se é o Conselho que deve estar disponível para dar contributos ao Ministério da Educação. _____

O conselheiro Jorge Nascimento manifestou não ter qualquer objeção a que se votassem os documentos tal como foram apresentados ao plenário.



A conselheira Rosalina Pinheiro referiu que as intervenções dos senhores Secretários de Estado, por pertinentes que tivessem sido, não alteram os factos nem as conclusões já fixadas pelo Plenário. _____

O conselheiro Francisco La Féria referiu que os documentos que estão para analisar resultam do debate e das conclusões da reunião do dia vinte e seis de outubro e que, no seu entender, a única questão que se coloca é avaliar a necessidade de as contextualizar com as reflexões produzidas nesta reunião, sugerindo que no preâmbulo de cada um dos documentos para aprovação ficasse patente a data de vinte e seis de outubro, podendo os documentos ser melhorados numa ou noutra questão de estilo. _____

Face às intervenções dos vários conselheiros, considerando não haver tempo para se concluir a ordem de trabalhos, o Presidente do Conselho das Escolas decidiu encerrar os trabalhos e convocar nova reunião para se tratar dos assuntos que não foi possível tratar na presente reunião, nomeadamente que os documentos apresentados ao Plenário possam ser discutidos e, então sim, submetidos à aprovação. _____

Não se registando mais intervenções, após a leitura e a aprovação unânime da ata em forma de minuta, o Presidente deu por encerrada a sessão pelas dezoito horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada por mim, Anabela Henriques Matos Soares, que a secretariei, e por José Eduardo Lemos, que presidiu. _____

Anabela Henriques Matos Soares _____

José Eduardo Lemos _____

